

ALAGOAS - Assembleia celebra 10 anos do Marco Legal da Primeira Infância e reafirma prioridade às crianças



MEIO AMBIENTE

Aprovado em 2º turno projeto de dispensa de licença ambiental para a piscicultura continental



CULTURA

Projeto institui campanha Maio Furta-Cor para conscientização sobre saúde mental materna



HOMENAGEM

Sessão solene destaca legado de Djalma Mello em Alagoas





Discutida proposta que reconhece Igreja do Rosário, em Pilar, como Patrimônio Cultural de Alagoas

A Assembleia Legislativa discutiu, em segundo turno, durante a ordem do dia desta quarta-feira, 18, o projeto de lei ordinária nº 1517/2025, de autoria da deputada Fátima Canuto (MDB) que solicita ao Poder Executivo a declaração da Igreja do Rosário como Patrimônio Cultural de Natureza Material do Estado.

Profissionais da advocacia previdenciária são homenageados na Assembleia Legislativa

Atendendo a um requerimento do deputado Delegado Leonam (União Brasil), a Assembleia Legislativa realizou, nesta sexta-feira, 13, uma sessão solene para a entrega da comenda Omar Coelho de Melo aos advogados Limmerck Pacifico Dantas e Rosedson Lôbo Silva Júnior, em reconhecimento às contribuições prestadas à advocacia no Estado. A solenidade contou com a presença de diversos profissionais do meio jurídico e de familiares dos homenageados.

Projeto institui campanha Maio Furta-Cor para conscientização sobre saúde mental materna

A Assembleia Legislativa discutiu, em segundo turno, durante a sessão ordinária desta quinta-feira, 12, o projeto de lei ordinária nº 1418/2025, de autoria da deputada Gabi Gonçalves (Progressistas), que institui a campanha Maio Furta-Cor no Calendário Oficial de Eventos do Estado. A iniciativa tem como objetivo ampliar o debate e promover ações voltadas à saúde mental materna.

EXPEDIENTE

Vitor Cansanção
Diretor Geral
MTE 1841/AL

Jornal REDE REPORTER é uma publicação semanal
Endereço para correspondência:
REDACAO@REDE-REPORTER.COM.BR
WWW.REDEREPORTER.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não representados, necessariamente a opinião deste jornal.



ALAGOAS - Advogado e promotor de Justiça protocolam candidaturas à vaga de conselheiro do TCE-AL

O advogado Antonio Marco Toledo e o promotor de Justiça Leonardo Novaes Bastos foram os primeiros a protocolar suas inscrições para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas de Alagoas na tarde

desta terça-feira, 24, na Assembleia Legislativa. A vaga foi aberta com a aposentadoria voluntária do conselheiro Fernando Toledo.

As inscrições seguem até 30 de

março e já no dia 31, às 9h, os candidatos serão submetidos à avaliação pública na Assembleia Legislativa, que em votação entre os deputados escolherá o novo conselheiro.



ALAGOAS - Cibele Moura denuncia agressão contra aluno autista e defende câmeras em locais de atendimento a crianças

Em pronunciamento durante a sessão ordinária desta quarta-feira, 18, a deputada Cibele Moura (MDB) denunciou mais um caso de agressão contra um aluno autista em uma escola localizada no município de Teotônio Vilela. "Infelizmente, mais uma situação de agressão contra uma criança autista em Alagoas. Desta vez, teria sido praticada por uma professora de uma instituição especializada no atendimento a pessoas neurodivergentes", relatou a parlamentar.

"Mais uma vez, preciso vir a esta Casa para dizer o que as mães e essas famílias sentem: a falta de segurança, a

falta de cuidado e, infelizmente, a falta de punição", destacou Cibele Moura, lembrando que tramita um projeto de lei (PLO 1399/2025) de sua autoria que determina a obrigatoriedade da instalação de câmeras em todos os locais que atendam crianças e adolescentes no Estado. A parlamentar justifica a proposição afirmando que todas as famílias têm o direito de saber o que está acontecendo com suas crianças e adolescentes, sobretudo aquelas neurodivergentes, nesses ambientes. De acordo com ela, no Estado, uma criança ou adolescente não pode ir à escola, à creche, à terapia ou a

qualquer local onde precise permanecer sozinho com um adulto sem que suas famílias tenham acesso ao que ali está acontecendo.

"E digo com tranquilidade: doa a quem doer, mostre o que tiver que mostrar. Não pode mais doer nas crianças, não pode mais doer nas famílias. Se há pessoas que agredem crianças, elas precisam estar na cadeia. E, para que isso aconteça, é necessário haver provas", argumentou a deputada, acrescentando que, para comprovar qualquer tipo de agressão contra essas pessoas, é fundamental a instalação de câmeras nesses locais.

ALAGOAS

Assembleia celebra 10 anos do Marco Legal da Primeira Infância e reafirma prioridade às crianças

Em sessão especial realizada na sexta-feira, 20, a Assembleia Legislativa celebrou os 10 anos do Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), que estabelece diretrizes para políticas públicas voltadas ao desenvolvimento integral de crianças de zero a seis anos. Proposta pelo deputado Ronaldo Medeiros (PT), a solenidade reuniu representantes do Executivo, do sistema de Justiça e da sociedade civil para debater os avanços e os desafios na consolidação de uma política que coloca a criança no centro das decisões.

Ronaldo Medeiros abriu os trabalhos destacando a importância de escutar a sociedade. "Escutar a sociedade é nosso dever e a Assembleia vem fazendo isso com muita frequência. Escutar é o principal atributo de um parlamentar", afirmou, ressaltando ainda os investimentos do Estado na área, como a construção de 200 novas creches até o final do ano. "A ciência já comprovou que é na primeira infância que se define praticamente todo o

futuro, todo o perfil daquele jovem, daquele adolescente, daquele adulto. Cuidar da criança é prioridade aqui em Alagoas e para a Assembleia também", disse o parlamentar. Ele ainda fez uma reflexão sobre a visão da criança no presente. "A criança a gente deve tratar não como futuro, sempre como presente, porque é nesse presente de agora que nós construímos, ou não, esse futuro que ainda não existe", completou Ronaldo Medeiros.

O vice-governador Ronaldo Lessa resgatou sua experiência à frente do governo estadual nos anos 1990, quando enfrentou uma grave enchente que deixou 90 mil desabrigados. "Aquilo me inspirou. Eu botei o colete e disse: isso aqui é uma calamidade pública. Então, tivemos a ideia de que todos os municípios tivessem um conselho municipal para enfrentar a mortalidade infantil", contou. Ele destacou que, mesmo prefeito que não o haviam apoiado politicamente, aderiram à iniciativa. Para Lessa, o avanço representado pelo Marco

Legal da Primeira Infância é motivo de felicidade. "Se a gente colocar todos esses meninos na escola, se tiver creche aí você vai transformando completamente", afirmou. Ele parabenizou o deputado Ronaldo Medeiros pela iniciativa e defendeu a atuação conjunta das instituições, como o Judiciário, Ministério Público e Defensoria, lembrando que "a infância não tem nem voz, tem que ter alguém que fale por ela".

A secretária de Estado da Primeira Infância, Caroline Rodrigues, iniciou sua fala criticando a visão tradicional que trata a infância como uma fase de espera. "Há quem ainda insista em tratar a infância como uma fase de espera, como se crianças fossem apenas rascunho de gente, quando, na verdade, são o presente mais sensível de qualquer sociedade", defendeu a secretária. Ela destacou que Alagoas é pioneira ao ter a primeira secretaria estadual da Primeira Infância do país e apresentou os programas desenvolvidos. "A gente tem programas muito conhecidos, como Cartão

Cria, Creche Cria, a Universidade da Primeira Infância, que já capacitou mais de 10 mil profissionais. Nosso objetivo maior é deixar esse legado. Construímos o Plano Estadual pela Primeira Infância, que é um plano decenal, que traz ações de curto e longo prazo", informou a secretária.

A defensora pública estadual Thais Moreira representou a Defensoria Pública na solenidade e parabenizou a iniciativa do Legislativo. "Realmente, ao colocar a criança no centro das políticas públicas, você reafirma a prioridade absoluta que está na Constituição em relação à criança e ao adolescente", afirmou a defensora. Ela enfatizou a necessidade de união entre as instituições para garantir a efetivação dos direitos. "A Defensoria Pública, juntamente com outras instituições, com o Legislativo e com o Executivo, deve se unir para que essas políticas públicas realmente sejam efetivadas, colocando, de fato, a criança como prioridade, como ela deve ser", concluiu Thais Moreira.

MEIO AMBIENTE

Aprovado em 2º turno projeto de dispensa de licença ambiental para a piscicultura continental



Os parlamentares presentes à sessão ordinária desta terça-feira, 24, apreciaram 20 matérias na ordem do dia, entre elas o [projeto de lei ordinária nº 1110/2024](#), que dispõe sobre a dispensa de licença ambiental para a piscicultura continental em tanques revestidos (Sistemas de Recirculação de Água-RAS), em conformidade com a Resolução Conama nº 413/2009, com volume útil de até 950m². O projeto, de

autoria do deputado Ronaldo Medeiros (PT), foi aprovado em 2º turno.

A dispensa de licenciamento será válida para empreendimentos de pequeno porte que não sejam causadores de significativa degradação ambiental. "O projeto visa promover a desburocratização e a sustentabilidade na atividade aquícola no Estado de Alagoas (...) essencial para incentivar o desenvolvimento de

empreendimentos aquícolas, que são fundamentais para a economia local e a segurança alimentar, além de contribuírem para a geração de empregos e a valorização da produção regional", justifica Medeiros.

"Ao facilitar a regulamentação, o projeto busca criar um ambiente mais favorável para a inovação e a adoção de práticas sustentáveis por pequenos produtores. Além disso, a inclusão dos tanques

revestidos na legislação estadual contribuirá para a harmonização das normas locais com as diretrizes nacionais, permitindo que os empreendedores do setor aquícola operem de maneira mais ágil e eficiente", complementa o deputado, sobre seu projeto aprovado. O texto agora será encaminhado ao Poder Executivo, antes de se tornar lei.

EDUCAÇÃO

Aprovado em 1º turno projeto que cria programa de capacitação profissional nas escolas estaduais



A Assembleia Legislativa aprovou, em primeiro turno, durante a sessão ordinária desta terça-feira, 17, o [projeto de lei ordinária nº 1190/2024](#), de autoria da deputada Cibele Moura (MDB), que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Capacitação para a Vida Profissional nas escolas da rede estadual de ensino de Alagoas. A iniciativa tem como objetivo preparar estudantes para o ingresso no mercado de trabalho por meio de atividades práticas e

teóricas integradas ao currículo escolar. Entre as ações previstas estão a orientação para elaboração de currículos, simulações de entrevistas de emprego, desenvolvimento de competências socioemocionais, educação financeira básica e noções introdutórias de empreendedorismo.

O projeto também prevê o incentivo ao voluntariado e à vivência prática por meio de parcerias com empresas e organizações não governamentais, permitindo que os alunos tenham contato antecipado com a realidade profissional. Além disso, a proposta estabelece que a implementação do programa ocorra de forma gradual, conforme disponibilidade orçamentária e logística, priorizando escolas de ensino médio e unidades profissionalizantes.

De acordo com o texto, caberá às secretarias estaduais da Educação e do Trabalho, Emprego e Qualificação elaborar o conteúdo pedagógico, capacitar professores e firmar convênios institucionais para viabilizar estágios e outras oportunidades formativas. O acompanhamento do desempenho dos estudantes e a avaliação dos resultados do programa deverão ser realizados por meio de indicadores específicos e relatórios periódicos.

Na justificativa, a parlamentar destaca que a medida busca ampliar o papel social da escola, contribuindo para a formação integral dos jovens e para o fortalecimento do desenvolvimento econômico e social do Estado. A matéria ainda precisa ser apreciada em segundo turno antes de seguir para sanção governamental.

CULTURA

Aprovado em 1º turno projeto que institui Fundo de Fomento ao Artesanato Alagoano



A Assembleia Legislativa aprovou, em 1º turno, na sessão ordinária desta quinta-feira, 19, o [projeto de lei ordinária nº 1856/2026](#), de iniciativa do Poder Executivo, que institui o Fundo de Fomento ao Artesanato Alagoano (FFAAL). A proposta tem como objetivo criar um instrumento permanente de apoio à cadeia produtiva do artesanato no Estado,

promovendo ações de qualificação, inovação, inclusão produtiva e valorização do patrimônio cultural imaterial alagoano.

De acordo com a mensagem governamental encaminhada ao Parlamento, o fundo será vinculado à Secretaria de Estado das Relações Federativas e Internacionais (SERFI), atualmente responsável pela execução do Programa

Alagoas Feita à Mão. A iniciativa, lançada em 2015, já se consolidou como uma das principais políticas públicas de valorização do setor, reunindo cerca de 18 mil artesãos cadastrados no Programa do Artesanato Brasileiro (PAB).

O novo fundo contará com diversas fontes de financiamento, como transferências voluntárias, parcerias com organizações

da sociedade civil e doações privadas, garantindo maior continuidade, autonomia e previsibilidade às políticas voltadas ao segmento. Ainda segundo o Executivo, a criação do FFAAL não implicará aumento de despesas obrigatórias nem vinculação de receitas orçamentárias, estando em conformidade com a legislação vigente.

EDUCAÇÃO

Cabo Bebeto denuncia precariedades de escola estadual em Arapiraca



Em pronunciamento durante a sessão ordinária desta quinta-feira, 19, o deputado Cabo Bebeto (PL) denunciou as más condições estruturais da Escola Manoel Lúcio da Silva, localizada em Arapiraca. O parlamentar citou um vídeo gravado por alunos que mostra a realidade da unidade de ensino, em contraste com as divulgações

oficiais do governo estadual.

O deputado afirmou que as imagens registradas pelos estudantes expõem problemas graves na infraestrutura escolar. "A escola está sem água, os banheiros cheios de problemas, caindo aos pedaços, a porta não fechava, ar-condicionado sem funcionar", elencou, lamentando que, mesmo com recursos públicos disponíveis, unidades de ensino enfrentem carências básicas.

Cabo Bebeto comparou a situação com denúncia semelhante feita por ele há dez dias em relação ao Complexo

Educacional Cepa, em Maceió. "Há 10 dias foi o Cepa; agora, a escola Manoel Lúcio da Silva, em Arapiraca. Se procurar — e eu tenho certeza de que, com esse vídeo, outros alunos terão a inspiração de mostrar —, veremos essa triste realidade que é a educação aqui em Alagoas", afirmou.

O parlamentar relacionou os problemas estruturais à qualidade dos serviços públicos oferecidos à população. "Ora é saúde, ora é educação, e eu acredito que são as duas piores áreas que o alagoano, infelizmente, tem recebido do atual governo", criticou.

HOMENAGEM

Sessão solene destaca legado de Djalma Mello em Alagoas



Por iniciativa do deputado Delegado Leonam (União Brasil), a Assembleia Legislativa realizou, nesta segunda-feira, 23, uma sessão solene para a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Alagoas ao advogado e escritor Djalma Tavares da Cunha Mello Neto, pelos relevantes serviços prestados à sociedade alagoana ao longo de sua trajetória profissional e pessoal.

O autor da proposição, deputado Delegado Leonam, destacou a atuação do homenageado, elencando seu acúmulo de experiências e a ocupação de cargos de relevância, o que fortaleceu sua presença na vida pública alagoana. "A homenagem é um reconhecimento merecido. Sua

contribuição no Direito, na administração pública, no esporte e na literatura é motivo de grande reconhecimento e

gratidão por todos os alagoanos", afirmou Leonam.

O médico Milton Hênio ressaltou a admiração pelo homenageado e o legado deixado por ele para o meio jurídico e esportivo. "Djalma vem se dedicando à prática do esporte e incentivando jovens a correr. Participou de várias maratonas internacionais e, por onde passava, dizia que Alagoas era um verdadeiro paraíso encantado", disse.

O juiz de Direito Claudemiro Avelino lembrou que Djalma Mello é uma referência no esporte alagoano e no meio jurídico. "Além disso, ele é um homem que estimula a vida acadêmica, com a publicação de várias obras. Um exemplo que serve de incentivo aos alagoanos e a todos que o ouvem e o seguem", afirmou.

Natural do Rio de Janeiro, Djalma Mello construiu sua história em

Alagoas, onde reside há mais de 30 anos. Durante esse período, consolidou-se como uma figura de destaque no Estado, contribuindo significativamente em diferentes áreas. Djalma foi diretor jurídico, por mais de 20 anos, da Organização Arnon de Mello, o maior conglomerado de empresas de comunicação de Alagoas, onde deixou um legado significativo de profissionalismo e compromisso com o desenvolvimento do setor. Ele também é amplamente reconhecido pelo trabalho em prol do esporte, especialmente pelas corridas de rua em Maceió.

Durante a solenidade, Djalma agradeceu ao Parlamento estadual e, em especial, ao deputado Delegado Leonam pela homenagem. "Para mim é uma alegria absoluta. Eu sempre, nas minhas atuações profissionais e nessas aqui em Alagoas

— especialmente em Maceió, onde resido há quase 40 anos —, procurei defender e ressaltar as riquezas e a importância do Estado de Alagoas, de seus homens e mulheres valorosos. Então, para mim, talvez já no ocaso da minha carreira profissional de advogado, é uma homenagem que ficará para sempre gravada na minha vida", frisou.

A Mesa de Honra foi composta pelo juiz de Direito do TJAL, Claudemiro Avelino de Souza; pelo médico Milton Hênio Gouveia; pelo ex-presidente da OAB, Areias Bulhões; pela presidente da Associação das Mulheres de Carreira Jurídica, Ana Costa Manso; pelas jornalistas Bianca Mello e Jacira Leão; e pela representante da Cruz Vermelha no Estado de Alagoas, Olga Miranda.

ALAGOAS

Assembleia concede Comenda Tavares Bastos ao desembargador Orlando Rocha Filho

Em sessão solene realizada na segunda-feira, 23, a Assembleia Legislativa entregou a Comenda Tavares Bastos, mais alta honraria do Poder Legislativo, ao desembargador Orlando Rocha Filho, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à sociedade alagoana ao longo de sua trajetória na magistratura, na educação e em projetos sociais. Proposta pela deputada Fátima Canuto (MDB), a solenidade reuniu autoridades dos Três Poderes e representantes da sociedade civil no plenário da Casa.

A proponente da homenagem abriu os trabalhos emocionada. "É com muita emoção que estamos, no dia de hoje, homenageando o desembargador Orlando Rocha Filho, que tem uma história por Alagoas de serviços prestados, não só como magistrado

mas também como professor, como fundador, um dos fundadores do CESMAC", destacou Fátima Canuto.

O homenageado, que completa 40 anos de magistratura, discursou com emoção, destacando que a honraria ultrapassa o mérito individual. "Receber a comenda, a mais alta honraria concedida por esta respeitável Casa Legislativa, representa uma distinção que ultrapassa qualquer mérito que seja individual. É um reconhecimento a uma caminhada que foi construída ao longo de décadas de trabalho, de muita dedicação, de muito compromisso com o Estado de Alagoas e com seu povo", afirmou Rocha Filho. O magistrado ressaltou ainda sua atuação como educador e sua prática de ser um juiz acessível. "Ao longo da minha

trajetória de magistrado, eu procurei ser aquele magistrado acessível. Todas as pessoas que me procuram, eu faço questão de atender", explicou. "Eu vou continuar contribuindo, ainda que modestamente, como é o meu perfil de homem simples, para a construção de um Estado cada vez mais justo, um Estado cada vez mais fraterno", concluiu o desembargador.

O presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, desembargador Fábio José Bittencourt Araújo, prestigiou a solenidade e enalteceu a trajetória do colega. "Ele é um magistrado que merece todos os elogios e todas as homenagens que estão sendo prestadas por conta de sua aposentadoria que está a chegar. Sem nenhuma dúvida, o magistrado que sempre tratou as partes muito bem. Como professor deixa também um legado

muito grande", disse Fábio Bittencourt.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Marcelo Victor, que presidiu a sessão, discursou ao final sobre o significado da comenda e o papel do Judiciário na pacificação social. "Essa Comenda é a nossa maior honraria, e o desembargador Orlando, professor – já que ele disse que prefere ser chamado de professor – explicou bem o que é a representação do Parlamento. Quando o Parlamento concede uma homenagem, é o reconhecimento da população pelo serviço prestado", afirmou Marcelo Victor. Ele destacou a integridade como atributo fundamental do homenageado.

"Integridade é o desafio mais duro que o homem público tem que ter, não sucumbir às vaidades", analisou o presidente.

ALAGOAS

Cabo Bebeto cobra envio de mensagem do Governo sobre lei orgânica da PM e Bombeiros

Em pronunciamento durante a sessão ordinária desta terça-feira, 24, o deputado Cabo Bebeto (PL) cobrou o envio à Assembleia Legislativa do projeto que trata da lei orgânica da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Alagoas. O parlamentar afirmou que a mensagem governamental foi publicada há 95 dias e ainda não chegou à Casa.

O deputado mencionou a mensagem 165/2025, enviada em 19 de dezembro do ano passado, que altera a Lei Estadual 8.169/2022 sobre a fixação do efetivo das corporações. "Noventa e cinco dias que foi publicada essa mensagem e este PL não chega na Casa", criticou. Cabo Bebeto afirmou que a demora ocorre após um longo período de negociações entre o Governo e as categorias. "Policiais sofreram aqui em Alagoas durante

quase quatro anos, lutando pela melhoria salarial", disse. Segundo o deputado, as tratativas envolvem a reorganização do quadro de funções, postos e graduações.

O parlamentar relatou ainda que policiais têm procurado gabinetes em busca de apoio para que o projeto seja encaminhado.

"Lamentável essa postura de descaso, de desprestígio que o Governo tem com quem trabalha diariamente para proteger o alagoano", afirmou. Cabo Bebeto concluiu fazendo um apelo para que os policiais se mobilizem. "O que posso fazer hoje é cobrar no plenário e também buscar soluções. Peço aos policiais e bombeiros que se juntem para que a gente faça com que esse PL, há 95 dias parado no Palácio, venha o quanto antes para esta Casa".

Em aparte, o deputado Francisco Tenório (PP) explicou que o projeto foi oficiado pelo Governo, mas não chegou fisicamente à Casa devido a necessidade de ajustes. "Foi detectada uma falha no PL do Bombeiro Militar. E aí se retornou à Procuradoria, à Seplag (Secretaria de Planejamento), veio a burocracia de se encontrar perfeição também na visão do Executivo", disse, acrescentando que a decisão foi enviar as duas propostas em conjunto.

O deputado informou que acompanhou a tramitação. "Semana passada, estive no Gabinete Civil, quando o PL tinha acabado de chegar da Procuradoria-Geral. Aí sim, já com parecer positivo da Procuradoria para que o Gabinete Civil providenciasse o ofício encaminhando a esta

Casa", relatou. Segundo o parlamentar, as propostas foram amadurecidas em diálogo com as associações que representam as duas instituições. "É o que melhor chega a este Poder Legislativo quando se refere aos assuntos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Diversas associações dentro de uma só categoria. Esse me parece ter o máximo de convergência possível", ressaltou.

Francisco Tenório concluiu pedindo celeridade na análise do projeto. "Que a gente encontre a solução, principalmente eu e você, que militamos nessa área, bem como o nosso Delegado Leonam (União Brasil), na área de Segurança Pública, e encontrarmos uma definição deste projeto, para que seja apreciado positivamente e sancionado pelo nosso governador".

REDE REPÓRTER TÁ NA MÃO!

**PRINCIPAIS NOTÍCIAS
SOBRE POLÍTICA,
SAÚDE, FUTEBOL,
VARIEDADES.**



**DÁ UM
CLICK!**



www.redereporter.com.br